OS PRINCIPAIS PERSONAGENS NA AGENDA DO CONGRESSO NO 2 SEMESTRE

MENDONÇA FILHO

Novato está no clube do poder

F ilho de político — o pai, José Mendonça Bezerra (PFL-PE), está no quinto mandato de deputado federal —, Mendoncinha chegou à presidência da Comissão da Reforma Política pelas mãos do também pernambucano Inocêncio Oliveira, ex-presidente da Câmara a atual líder do PFL. Apesar da pouca idade — 29 anos —, já cumpriu dois mandatos de deputado esta-

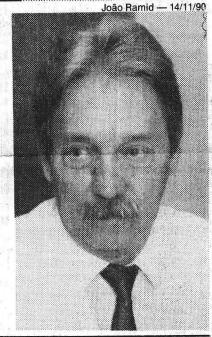
dual e foi secretário de Agricultura de Pernambuco no governo Joaquim Francisco. Sobre o quase ingresso no fechado clube dos formadores de opinião do Congresso, o deputado tem a seguinte opinião: "Tive sorte. Busquei especialização em tema que gosto. Como havia grande disputa por cargos nas comissões que analisaram as emendas constitucionais, peguei o que, naquele momento, estava em segundo plano. Fiz a emenda da reeleição de presidente, governadores e prefeitos, fui ao líder e consegui virar interlocutor dos expressivos". Segundo ele, os novatos têm dificuldade até para se tornarem conhecidos pelo nome na Câmara. "Passei pelo estágio da vala comum", co-



PRISCO VIANA

Inimigo da pressa dos governistas

E specialista em assuntos partidários e eleitorais, promete
polemizar se o governo insistir em
votar logo a reforma política. Critica duramente a pressa do governo
em votar um assunto (lei dos partidos) que estava na prateleira desde
92. Deputado no sétimo mandato,
foi vice-líder da Arena durante a
ditadura militar e ministro da Habitação no governo José Sarney.



LUIZ ROBERTO PONTE

Projeto próprio de reforma

O deputado do PMDB gaúcho — que disputa com o tucano Antonio Kandir a indicação para relator da emenda constitucional da reforma tributária — tem um projeto pronto e que não se cansa de defender. Trata-se de um modelo de quatro impostos não declaratórios (sobre energia e combustíveis; automóveis; cigarros e bebidas; e telecomunicações) e uma contribuição social para financiamento da seguridade

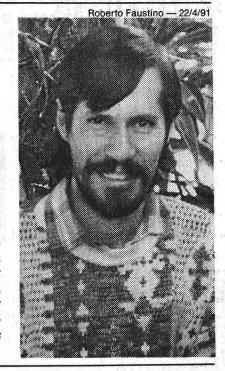


(Previdência, Saúde e Assistência Social). Ex-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ponte é sempre atuante nas votações de planos econômicos, especialmente nos assuntos referentes a contratos públicos e privados.

EDUARDO JORGE

Petista tem propostas alternativas

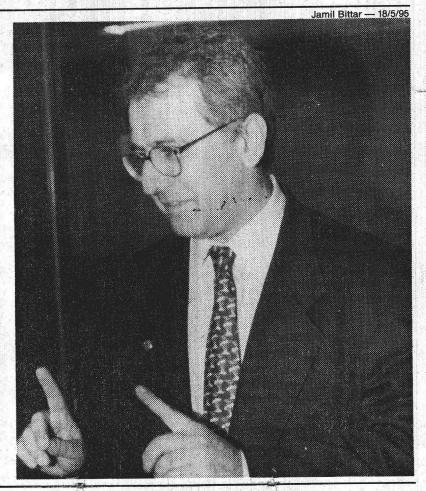
M édico sanitarista, Eduardo Jorge tem projeto alternativo ao do governo para a reforma da Previdência. É o principal formulador das propostas geradas pelos partidos de esquerda sobre o assunto. Considera importante a reforma previdenciária, mas quer um ritmo mais lento do que deseja o governo, como forma de ampliar a discussão para segmentos da sociedade que têm menor poder de pressão sobre o Congresso.



ANTÔNIO KANDIR

Pretensão é ser relator de emenda

uru e assessor da ex-ministra J da Economia Zélia Cardoso de Mello, Kandir retornou este ano a Brasília como deputado federal. Estreante na política partidária, apesar de filiado ao PSDB desde 89, abraçou o tema da reforma tributária, tornando-se relator da subcomissão da Câmara que trata do assunto. Com apoio do Executivo e da liderança do PSDB, trabalha para ser o relator da emenda sobre a reforma fiscal e tributária. Apesar de sua passagem pelo governo Collor, que caiu por denúncias de corrupção, Kandir é respeitado por políticos de todos os partidos pela intimidade com os assuntos econômicos. Terá que derrotar PFL e PMDB para concretizar sua pretensão.



Bastidores, a 'praia' do deputado

N ão é uma liderança nova, mas centraliza no PFL a discussão sobre a reforma do Estado, que será enviada ao Congresso no segundo semestre. É provável que indique um deputado do partido para tratar diretamente do assunto com o ministro da Administração, Bresser Pereira, e com os parlamentares da comissão especial que for constituída para analisar a emenda constitucional sobre o assunto. Já fez o mesmo ao nomear o deputado Mendonça Filho para presidir a comissão da reforma política, embora continue articulando nos bastidores as emendas constitucionais, as regras para a eleição de prefeitos em 96 e a votação da lei dos partidos políticos.

